

Assembleia da República
 Governo da República
 Nº de Sessão 370127
 Classe 05/02/02
 Data 16/09/08



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /XI (.ª)

PERGUNTA Número 5133 /XI (1 .ª)

Expeça-se
Publique-se
09/10/2010
O Secretário da Mesa <i>Recorreia</i>

Assunto: Reprivatização do BPN
Destinatário: Ministro do Estado e das Finanças

*Por determinação do SESP/AR, a
 Sua Secretária da Mesa*

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

10.09.09
[Signature]

Em finais de 2008, por proposta do Governo, procedeu-se à nacionalização do BPN.

Desde então, o Governo nunca mostrou a real situação do BPN e, sobretudo, os encargos do Estado e da CGD antes e após a nacionalização do Banco.

Esta situação tem gerado, ao longo de praticamente 2 anos, grande controvérsia e sobretudo enormes dúvidas e especulações à volta do "buraco", das imparidades e, sobretudo, dos encargos ou responsabilidades que, com a nacionalização, iriam recair sobre os contribuintes.

E o mais grave foi, sobretudo, o esconder à Assembleia da República a situação concreta, com valores concretos, do BPN e das responsabilidades do Estado.

É neste quadro que, desde que o Governo anunciou a reprivatização do BPN, há já mais de um ano, se têm gerado enormes dúvidas sobre a situação deste banco e as responsabilidades do Estado, nomeadamente através da CGD.

E isto acontece, repete-se, pela forma como o Governo tem tratado esta questão, principalmente em relação à Assembleia da República.

Aliás, se a nacionalização foi discutida e aprovada no Parlamento, não se compreende que a reprivatização não o tenha sido.

Ora, o Governo anunciou em 5 de Agosto de 2010 as linhas gerais da reprivatização do BPN.

E, desde logo, fê-lo sem a informação concreta sobre a situação financeira do BPN e, sobretudo, sobre as responsabilidades do Estado na situação.

Situação que se adensou com a publicação do caderno de encargos, no Diário da República, em 17 de Agosto.

Decorre o prazo para a apresentação de propostas para a reprivatização do BPN sem que o Governo tenha assegurado, com transparência à Assembleia da República, as contas do BPN e as responsabilidades do Estado. E deveria tê-lo feito.

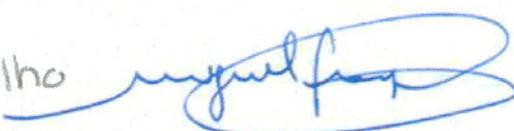
Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, os deputados do Grupo Parlamentar do PSD requerem ao Ministro das Finanças as seguintes informações:

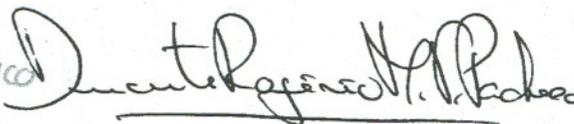
- Quem irá assumir as dívidas do BPN, tendo em atenção o valor base para a reprivatização?
- Face ao anunciado, quais são efectivamente as dívidas ou encargos já assumidos ou a assumir pelo Estado perante o valor base de 180 milhões de euros?
- Qual o valor dos activos e respectivos passivos que ficaram de fora da reprivatização?
- Qual o valor efectivo das imparidades que foram detectadas na gestão do BPN até à nacionalização?
- Em que condições e em que montante a CGD financiou o BPN desde a altura da nacionalização?
- Qual o impacto previsto sobre as contas públicas da reprivatização do BPN?
- Ao ficar fora do âmbito da reprivatização, qual o efeito e valor, se apurados, do património imobiliário do BPN?

Mais se requer que o Governo faculte à Assembleia da República as contas do BPN, à data da decisão da reprivatização, para assegurar a transparência do processo.

Palácio de São Bento, 8 de Setembro de 2010.

Deputado(a)s:

Miguel Frasquilho 

Duarte Pacheco 

Hugo Velosa 